

Despacho n.º 7761/2011

Despacho de Subdelegação de Poderes do Vice-Governador Senhor Prof. Doutor Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves, relativamente ao Departamento de Supervisão Prudencial:

Nos termos do artigo 34.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Banco de Portugal e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e considerando os poderes que me foram delegados pelo n.º 3, assim como a autorização conferida pelo n.º 11, ambos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal n.º 1632/2010 de 15 de Junho de 2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 13 de Setembro de 2010, com as alterações introduzidas pela deliberação do mesmo Conselho n.º 701/2011 de 28 de Dezembro de 2010 e 22 de Fevereiro de 2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 21 de Março de 2011:

1 — Subdelego no Director do Departamento de Supervisão Prudencial (DSP), Dr. Vasco Manuel da Silva Pereira, e, sob sua coordenação, nos Directores-Adjuntos, Dr.ª Maria Clara Domingues Machado e Dr.ª Maria Adelaide de Morais Cavaleiro Joaquim, os poderes para a prática dos seguintes actos:

a) Determinar a realização de inspecções às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, no âmbito das matérias da área de funções do DSP;

b) Conceder as autorizações previstas no n.º 1 do artigo 112.º e no artigo 114.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF);

c) Autorizar as alterações dos estatutos das instituições de crédito e sociedades financeiras a que se referem as alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 34.º do RGICSF;

d) Assegurar o sistema de registo e tomar as decisões a ele relativas, com exclusão do cancelamento do registo previsto no n.º 4 do artigo 70.º do RGICSF e da recusa com base nas situações indicadas na alínea e) do artigo 72.º do mesmo diploma;

e) Aprovar as condições contratuais de obtenção de recursos por forma a que os mesmos possam ser considerados elemento integrador dos fundos próprios das instituições de crédito e sociedades financeiras, quer a nível individual, quer a nível consolidado, e autorizar o respectivo reembolso antecipado;

f) Decidir sobre a verificação das condições das emissões de obrigações hipotecárias, designadamente para efeitos prudenciais;

g) Tomar decisões quanto aos aspectos prudenciais das operações de titularização;

h) Emitir credenciais para que empregados em serviço do DSP representem o Banco na realização de inspecções;

i) Emitir declarações ou certidões destinadas a autoridades judiciais, autoridades de supervisão e outras entidades, que digam respeito a factos e situações inscritos no registo especial;

j) Emitir para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários os pareceres solicitados ao Banco de Portugal relacionados com as funções de supervisão dos fundos de investimentos, bem como sobre a constituição de fundos de titularização;

l) Decidir sobre a verificação dos requisitos da livre prestação de serviços em Portugal por instituições comunitárias;

m) Prestar esclarecimentos e transmitir o entendimento do Banco de Portugal, no âmbito da área de funções do DSP, sobre casos individualmente considerados que sejam de simples informação corrente, visando a uniformização de procedimentos e a aplicação correcta das normas a que as instituições se encontram sujeitas.

2 — Autorizo o Director do Departamento de Supervisão Prudencial a subdelegar os seguintes poderes previstos no número anterior:

a) Nos Coordenadores das Áreas de Supervisão Directa, o referido na alínea b);

b) No Chefe do Serviço de Registos e Expediente, o referido na alínea d), quando se trate de registo de situações de facto que não impliquem apreciação de mérito;

c) No Coordenador de Núcleo de Consultoria e Registos, o referido na alínea j).

3 — Os poderes enumerados no número anterior serão exercidos de acordo com as orientações gerais ou específicas emanadas do Director.

4 — O DSP deverá apresentar semestralmente, com referência a 30 de Junho e a 31 de Dezembro, informação sobre o modo como, durante o respectivo semestre, foram exercidos os poderes subdelegados.

27 de Abril de 2011. — O Vice-Governador, *Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves*.

204682143

ORDEM DOS ADVOGADOS**Edital n.º 513/2011**

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, que, com efeitos a partir de 29/03/2011, foi determinado o levantamento da suspensão da inscrição do Sr. Dr. Filipe Coelho, portador da cédula profissional n.º 4295C, em virtude do cumprimento da pena aplicada no processo disciplinar n.º 427/2007-L/D.

19 de Abril de 2011. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Pedro Raposo*.

204710014

Edital n.º 514/2011

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, torna público o presente Edital:

Em sessão plenária de 25 de Maio de 2010, foi aprovado, por maioria qualificada, aplicar ao Senhor Dr. Amílcar Neto Contente, que usa o nome profissional de Neto Contente, com a cédula profissional n.º 2515L, com domicílio profissional na Av. Conselheiro Fernando de Sousa, n.º 17, 4.º Esq., 1070-072 Lisboa, a medida preventiva de 6 (seis) meses de suspensão, nos termos do artigo 149.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, tendo sido aplicada no âmbito do processo disciplinar n.º 236/2009-L/D e Apenso, instaurado por participação do Supremo Tribunal de Justiça e Outros.

Faz-se saber que em face das decisões proferidas por este Conselho, pelo Conselho Superior e pelo Tribunal Administrativo, a suspensão preventiva do senhor Dr. Neto Contente ocorreu entre:

a) 09/07/2010 e 08/08/2010 (31 dias);

b) 19/10/2010 e 01/11/2010 (14 dias);

c) E encontra-se suspenso desde 08/02/2011 até 21/06/2011 (135 dias).

Estão abrangidos pela suspensão preventiva as datas acima indicadas.

16 de Maio de 2011. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

204709368

TURISMO DO ALENTEJO, E. R. T.**Aviso n.º 11719/2011****Lista unitária de ordenação final**

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril torna-se pública a Lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal comum para recrutamento, por tempo determinado, de um Técnico Superior, aberto através do Aviso n.º 5738/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40 de 25 de Fevereiro de 2011, a qual foi homologada por despacho do Presidente da Direcção da Turismo do Alentejo, E. R. T. em 17 de Maio de 2011.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

1.º Tânia Sofia Bragado Almeida — 14,75 valores

2.º Belmira de Fátima Gomes Antunes — 12,60 valores

3.º Rui Miguel Ferreira Carvalho — 12,2 valores

4.º Mónica Alexandra Penedo Padilha — 11,8 valores

5.º Helena Sofia Dionísio Gonçalves — 11,55 valores

6.º Luis Miguel Mira Oliveira — 10,75 valores

Candidatos excluídos por terem obtido classificação inferior a 9,5 valores na avaliação curricular:

Alexandra Isabel Respeita Fernandes

Ana Cristina Mira da Silva

Ana Patrícia Feliciano Caeiro

Ana Paula Souzinha Malheiros

Ana Raquel Costa Roberto

Ana Rita Prates Ferreira

Andreia Alexandra Varela Gama

Andreia Calvário Graça Guerreiro

Andreia Filipa Monteiro Pinto

Beatriz Susana Baptista Dinis

Carlos José Martins Franco

Carlos Miguel Figueiredo Farrica

Catarina Isabel Gaspar Duarte de Almeida

Catarina Isabel Severino Martinho
 Celine Renda Alexandre
 Cristiana Manuela Carvalho da Silva
 Cristina Isabel Amaro Rato Teixeira
 Cristina Isabel Correia Catarino
 David José da Silveira Policarpo
 Diana Freitas de Fontes e Sousa
 Elisabete Mestre dos Anjos
 Filipa Josefa de Sousa Baptista
 Florbela Felício Silva
 Francisco António do Livramento José
 Gabriel David Galeano Galvóeira
 Helena Isabel Pereira Dias
 Inês Manuel Maurício Machado
 Iris Simone Ah Shu Brissos Climaco
 Joana Filipa Afonso Machado
 João Pedro Matos Costa
 Laetitia Gonçalves Martins
 Luis Filipe Soudo Rosado
 Magda Gisela dos Santos Marreiros
 Manuela Margarida da Costa Estevinha
 Maria de Almeida Oliveira
 Maria de Fátima Bossa da Silva Borralho de Carvalho
 Maria Fernanda Filipe do Carmo Crujo
 Maria José Nunes Espadaneira
 Maria Leonor Ramalho Gomes
 Miguel Filipe Neves Bilou
 Miguel Gomes Geraldés
 Milene Isabel Felisberto de Carvalho
 Monica Sofia Silva Viegas
 Nuno Alexandre Frescata Raposo
 Nuno Miguel Jeremias Martins Frois
 Nuno Miguel Rosa Teixeira Dias
 Paulo Henrique Henriques Ferreira dos Santos
 Pedro José Capaz Estevães
 Raquel Magalhães Brandão da Silva
 Rita Isabel Titão da Silva
 Rui Pedro Proença Silveira Laranjeira
 Rute Isabel Rodrigues Russo
 Sandra Patrício Fernandes Lagareiro
 Sara Inês de Sousa Fernandes
 Sara Isabel Dias Gomes Cota Antunes
 Susana da Palma Antunes
 Susana Isabel Alves Martins Nogueira das Mercês
 Tânia Isabel Isaque dos Santos
 Vera Cristina Coelho Pinto
 Vera Cristina Piteira Casaca

A lista unitária de ordenação final dos candidatos encontra-se publicada na página electrónica da Turismo do Alentejo, E.R.T. em www.turismoalentejo-ert.pt, e afixada no Edifício sede e delegações de Évora e Portalegre da Turismo do Alentejo, E. R. T.

17 de Maio de 2011. — O Presidente da Direcção, *António José Ceia da Silva*.

304694926

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 7762/2011

Por despacho de 26-4-2011 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutor João José Matos Ferreira, autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de tenure, na categoria de Professor Associado na área disciplinar de Gestão, do mapa de pessoal da UBI, na sequência de procedimento concursal, com direito à remuneração correspondente ao índice 220, escalão 1 do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário.

27 de Abril de 2011. — O Reitor, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz*.

204685116

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Despacho n.º 7763/2011

Ao abrigo do n.º 1 do Despacho n.º 4199/2011 (2.ª série) de Delegação de Competências no Reitor em exercício, publicado no *Diário*

da República 2.ª Série, n.º 45, de 4 de Março de 2011, delego na Vice-Reitora Professora Doutora Helena Maria de Oliveira Freitas, a competência para presidir ao júri cuja constituição foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 17 de Setembro de 2010, referente ao concurso para o provimento de uma vaga de Professor Associado na área de Ciências Jurídico-Criminais, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

16.05. 2011 — O Reitor, *Prof. Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva*.

204687952

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Psicologia

Despacho (extracto) n.º 7764/2011

Por despacho do Presidente do Conselho Científico de 19/04/2011, proferido por delegação de Competências de acordo com a alínea e), ponto 2 do Despacho 16070/2006, de 2 de Agosto:

Designados os seguintes professores para integrem o júri de equivalência ao Mestrado Integrado em Psicologia requerida pela Licenciada Franciely Bottaro:

Presidente — Doutora Sara Francisca Bahia dos Santos Nogueira, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Sónia Maria Gonçalves, Assistente no Instituto Piaget.

Doutora Maria Alexandra Penedo Marques Pinto, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

4 de Maio de 2011. — A Secretária Coordenadora, *Licenciada Carminda Pequeto Cardoso*.

204708436

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso (extracto) n.º 11720/2011

Por Despacho n.º 102-A/R/2011 do Magnífico Reitor, Prof. Doutor José Manuel Castanheira da Costa, datado de 28 de Março de 2011 e de acordo com o artigo 25.º, n.º 1 alínea a) do Estatuto da Carreira Docente Universitária e do Despacho n.º 69/R/2010, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 alíneas g) e s) dos Estatutos da Universidade da Madeira, autorizo a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da docente Maria Helena Dias Rebelo, Professora Auxiliar da Universidade da Madeira, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2010, após aprovação do relatório do período experimental pelo Conselho Científico do Centro de Competência de Artes e Humanidades, datado de 17/11/2010, atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

17 de Maio de 2011. — A Administradora, *Carla Cró Abreu*.

204694148

Aviso n.º 11721/2011

Por despacho do Magnífico Reitor da Universidade, Prof. Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa, n.º 109-A/R/2011, datado de 13 de Abril de 2011: De acordo com o artigo 10.º-B, n.º 1 alínea a) do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, do Despacho n.º 70/R/2010, e nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea g) e s) dos Estatutos da Universidade da Madeira, autorizo a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da docente Ana Maria Costa Jardim de Azevedo, Professora Adjunta da Universidade da Madeira, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2011, após aprovação do relatório do período experimental pelo Conselho Científico do Centro de Competências de Tecnologias da Saúde, datado de 06/04/2011.

17 de Maio de 2011. — A Administradora, *Carla Cró Abreu*.

204693192

Aviso (extracto) n.º 11722/2011

Por Despacho n.º 110B/R/2011, do Magnífico Reitor, Prof. Doutor José Manuel Castanheira da Costa, datado de 14 de Abril e de acordo com